

SEGUNDA ACTA – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 17 de Abril de 2010

No dia dezassete de Abril do ano de dois mil e dez, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Fevereiro de 2010.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2009 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão;

4.3 – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório e Contas relativo ao ano económico de 2009;

4.4 – ANMP / Intempéries da Madeira / Apoio ao Município do Funchal.

5 – Período após a ordem do dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes sessenta membros. Não compareceram à chamada os deputados Guilhermina Costa, Ana Dias, António Eduardo Santos, Rui Alves, João Surreira, Sónia Fernandes, Luís Marinho, Cristóvão Calhelha, Pedro Giesteira, Manuel Antunes e António Dias.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Luís Carril, Clotilde Magalhães, Ana Maria Martins, José Alves, Deolinda Silva, Amadeu Dias, José Garcia, Domingos Afonso, Manuel Gonçalves e Paulo Barroso.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Ana Dias, Carla Rodrigues, António Santos, Acácio Gonçalves e Herculano Pereira.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Adelino Augusto Santos Bernardo.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Fevereiro de 2010.

A acta da sessão ordinária do dia 27 de Fevereiro de 2010 foi posta à consideração tendo os deputados Nuno Pereira e Pedro Barroso feito alguns reparos.

O deputado Nuno Pereira entregou o seguinte documento à Mesa: " O deputado Nuno Pereira, referindo-se em particular às taxas de utilização do Cemitério Municipal de Montalegre, referiu haver uma falta de equidade já que, ao que tudo indica, não há equidade uma vez que na maioria dos outros cemitérios não se aplica esta ou qualquer outra taxa.

Disse ainda que a redacção da proposta tem alguns conceitos equívocos pelo que deve ser corrigida: quanto à subida dos valores das taxas disse que não são exageradas, dado o custo efectivo dos serviços prestados. Reforçou ainda que, por exemplo no domínio do urbanismo, há projectos mal instruídos que ocupam os serviços por tempo exagerado para os quais, portanto, as taxas são baratas.

Disse que na página 12, na penúltima linha, se devia retirar o "a" e constar apenas dos artigos que se impõem". Assinado, o deputado Nuno Pereira."

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa. " Na primeira intervenção antes da ordem do dia levantei a questão da qualidade dos serviços prestados pela EDP da seguinte forma: lamentou o mau serviço da EDP no concelho e que este se reflectiu em várias falhas de energia nos dias que precederam a Assembleia, quer na vila, quer em várias aldeias. Assinado, o deputado Pedro Barroso."

Posta a votação a acta foi aprovada por maioria com sete abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conta do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, António Ferreira, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, Manuel Ramos, Pedro Barroso, Paulo Barroso, Acácio Moura e Fátima Crespo.

O deputado Luís Carril perguntou se era possível enviar a documentação da Assembleia por e-mail uma vez que não há custos para ninguém. Falou do regime de taxas discutido na última reunião. Foi proposto que fosse a votação e que o executivo corrigiria algumas situações discutidas e perguntou se a Câmara já tomou alguma decisão e correcção relativamente a esta situação.

O deputado António Ferreira informou que no Agrupamento de Escolas de Montalegre se vai celebrar os 50 anos da obra literária do Dr. Bento da Cruz. E, por falar em Bento da Cruz, disse que as ruas Bento da Cruz e do Avelar, em Montalegre, precisam de alguma intervenção pois o inverno foi muito rigoroso e danificou-as bastante. Disse ainda que o viaduto também precisa de intervenção pois pode provocar algum acidente. Como a Câmara tem feito tão bom trabalho, com certeza terá em conta tudo isto.

O deputado Domingos Vasconcelos falou do longo e rigoroso inverno e disse que quando o calor apertar a vegetação vai disparar e convém que se ponha alguém do Rendimento Social de Inserção a fazer essa mesma limpeza. Falou do caminho do campo pois precisa de ser urgentemente limpo e de ser arranjado, bem como um canal que está entupido. Falou ainda da Ponte da Misarela e perguntou se vai sofrer alguma intervenção por parte da Câmara.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não concorda que as reuniões de Assembleia se realizem aos sábados e deveria questionar-se todos os membros para saber qual a sua opinião.

Falou da Queima dos Judas e que o entristece ver ao estado a que essa festa chegou. Disse ser do tempo em que este evento era uma festa fantástica. Toda a gente da vila ia à missa e no final fazia-se a queima. Mas este ano, para seu espanto, estavam lá meia dúzia de pessoas. Apelou às freguesias para participarem.

A Câmara faz o que pode, mas as pessoas têm o dever de participar.

Perguntou ao Presidente da Câmara o que é que se passa com os castelos de Montalegre, pois as obras nunca mais acabam.

Falou da estrada do Alto Fontão às minas de Beça e disse que sendo a última réstia de território concelhio que não leva alcatrão, por isso, pede intervenção.

Falou da Cooperativa e disse que a Câmara não deveria dar apoio financeiro àquela instituição pois está em falência/ insolvência. Perguntou ao Presidente da Câmara o que é que ele pretende da Cooperativa pois ou se põe lá uma administração condigna ou é melhor que aquilo se extinga.

O deputado Manuel Ramos entregou o seguinte documento à Mesa: "O membro da Assembleia Manuel Ramos referiu a indignação que os Portugueses sentiram por causa do ordenado de 3,1 milhões de euros que o Presidente Executivo da EDP, Pedro Mexia, recebeu durante o ano de 2009 e acrescentou que os Barrosões têm razões para estar mais indignados, uma vez que a EDP tem abundância de dinheiro para dar ao seu Presidente, mas já não tem para dar ao município de Montalegre de onde retira mais de 100 milhões de Euros de receita pela produção de electricidade. Depois, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que aproveite esta onda de indignação

para mostrar que o escândalo da EDP não está apenas nos honorários do seu Presidente Executivo, mas está também na insuficiência de rendas que paga a Montalegre pela exploração de cinco barragens, quatro delas produtoras de electricidade. Assinado, o deputado Manuel Ramos.”

O deputado Pedro Barroso falou sobre os estágios profissionais e perguntou qual o número de estagiários no concelho patrocinados pela Câmara, quais as instituições beneficiárias, quais os encargos para o Município, que critérios são usados na selecção e como se processa a colocação nas instituições.

Falou também da feira de Nanterre e perguntou quais são os custos que a feira acarreta, como fazem a selecção dos particulares, se pagam do bolso deles ou se é o Município a pagar e em termos de logística e de funcionários, quanto custa tudo isso à Câmara.

O deputado Paulo Barroso disse que no passado mês de Março foi contactado pelo Parque Nacional da Peneda Gerês para fazer parte do Conselho Estratégico do PNPG. Das vinte e três freguesias com área no Parque apenas três ficariam como representantes no referido Conselho. Disse que lhe parece errado do ponto de vista estratégico pois o concelho de Montalegre tem condições diferentes de outros concelhos e vice-versa. Assim, as cinco freguesias de Montalegre com área no Parque decidiram não deixar avançar com a constituição deste Conselho Estratégico enquanto não alterassem alguns aspectos. Disse ainda que a Câmara poderá ter aqui um papel fundamental, intercedendo de forma a que haja pelo menos um representante de cada concelho.

Agradeceu o facto das piscinas já estarem abertas para as escolas e manifestou desagrado pela realização das reuniões de Assembleia ao sábado.

O deputado Acácio Moura reforçou o que o deputado Paulo Barroso disse e referiu ainda que a proposta por eles apresentada foi aceite pelas restantes freguesias do PNPG, de todos os concelhos.

Sobre a Queima dos Judas, disse que há oito anos que é participante activo neste evento e cada ano que passa vê menos gente em Montalegre. Deixou duas propostas para que se contrarie esta situação: a primeira era que se tentasse fazer a alteração do horário da missa e a segunda era que as associações que a Câmara ajuda financeiramente contribuíssem para o sucesso desta festa.

Disse que no dia 30 de Abril vai haver um seminário do Ambiente no Multiusos, mas à mesma hora tem agendado uma reunião do Centro Local de Acção Social, no salão nobre da Câmara. Perguntou como é que se vai contornar esta situação.

Sobre a cooperativa disse que o que tem entendido é que o dinheiro que a Câmara lhe dá é para a ADS e toda a gente sabe que a sanidade está a ser feita. E qualquer decisão sobre a gestão cabe aos sócios e não à Assembleia ou à Câmara.

Falou ainda sobre o licenciamento das obras no PNPG e disse que em Paredes há um projecto comunitário para nove casas de turismo de aldeia. Esse projecto foi aprovado na Câmara e no PNPG há três anos. Entretanto não houve candidaturas e os processos caducaram. Logo que a ADRAT disse que ia haver candidaturas, fizeram a recandidatura dos processos todos e a Câmara enviou os processos para o PNPG. Há dias recebeu um ofício do PNPG a dizer que sete dos processos já tinham parecer favorável e que teriam de pagar perto de oitocentos euros. Os outros dois processos

iriam ser devolvidos à Câmara sem aprovação pois mexiam com os volumes de obra. Se os projectos abrirem mesmo, estamos sujeitos a que as verbas acabem e não venha dinheiro para esse projecto. As populações não podem estar a sofrer pois além da taxa que vão pagar ainda vão ficar inibidas de poder apresentar o processo de candidatura.

A deputada Fátima Crespo falou da Feira de Nanterre pois este ano e pela primeira vez esteve lá presente por iniciativa própria e foi muito gratificante entrar num pavilhão e ver que Montalegre se destacava pela beleza, pelo conteúdo, pelo convívio, pelo discurso do Presidente e pela equipa que o acompanhou, a qual não se negou a esforços para que tudo corresse brilhantemente. Os emigrantes tinham brilho nos olhos pela alegria de se sentirem aconchegados. Montalegre deu provas de que sabe fazer, sabe estar e saber ser.

O Senhor Presidente da Câmara procurando responder a todas as questões colocadas começou por falar do regulamento das taxas. Disse que houve e há dúvidas mas não há motivos para desconfortos e agradeceu à Assembleia por o ter aprovado. Ficaríamos sem um instrumento importante, obrigatório para que a Câmara pudesse cobrar serviços. Mesmo que houvesse algumas dúvidas não era motivo para se porem em causa os serviços que elaboraram esse documento. O regulamento é um instrumento técnico e não político. Do ponto de vista político é um documento equilibrado e responsável, do ponto de vista social houve o cuidado em determinar as taxas abaixo do valor real e do ponto de vista técnico está elaborado com apoio de equipas que garantem competência. Admitiu que há melhoramentos a fazer e alguns erros a corrigir, mas a prática do dia a dia assim o vai dizer pois trata-se de um regulamento completamente novo e baseado em pressupostos diferentes – os exigidos por lei.

Disse que o regulamento já entrou em funcionamento e os funcionários estão a adaptar-se a uma nova linguagem, a uma nova metodologia, uma outra formalização e outra tipologia.

Sobre as taxas dos cemitérios e das eólicas, a Assembleia devia meditar sobre aquilo que disse pois se há cemitérios bem geridos e que devem servir de exemplo, esse é o de Montalegre. Todos os Presidentes da Junta deviam ter consciência de que uma forma de gerir os cemitérios é também com a componente da taxa.

Relativamente às eólicas, escusamos de ter tanta caridade e pena pois estas empresas não dão nada a ninguém e as taxas ainda deveriam ser mais pesadas, pois trata-se de negócios que envolvem milhões de euros.

As taxas são precisas para financiar a actividade económica e as obras do concelho, mas admitiu que, para as torres mais pequenas, haja necessidade de se fazer um escalonamento de forma a encontrar uma posição equilibrada, mas também devem pagar, quanto mais não seja pelo impacto ambiental, visual e paisagístico.

Sobre a rua Dr. Bento da Cruz, disse que há um problema com um terreno privado que com as chuvas fortes transborda para a estrada, mas terão que se arranjar soluções.

Sobre a conservação dos caminhos, disse que se está a proceder à conservação mas não se pode chegar a todo o lado ao mesmo tempo. E é preciso ter em conta que isso é competência das freguesias. Sobre a utilização das pessoas do rendimento

social de inserção e de subsidiados, disse que muitos estão a trabalhar nesse sentido. São encargos que a Câmara assume, mas é uma obrigação social e moral.

Sobre o caminho do campo, disse que é um caminho complicado, com situações difíceis de resolver, mas vai tentar solucionar o problema.

Sobre a Ponte da Misarela, disse que é classificada como Monumento Nacional e a Câmara quase fez asneira quando teve a intenção de lá intervir sem a autorização do IGESPAR. A Câmara fez uma inspecção à ponte e esta não constituiu perigo, mas há a necessidade de um reparo do lado do concelho de Montalegre. Mandou-se o relatório para o IGESPAR e pediu-se nova inspecção por parte dessa entidade. Espera-se resposta e que o IGESPAR não deixe que o imóvel se degrade e constitua perigo e que, em caso disso, mande encerrar a ponte.

Sobre a animação da Páscoa, disse que é uma boa animação pois as unidades hoteleiras estavam cheias, mas o mau tempo não ajuda.

Sobre o castelo de Montalegre, disse que é outro problema do IGESPAR. Com o dinheiro que já lá foi gasto já se tinha concluído a obra. O castelo teve uma primeira intervenção, assumida pela Câmara, na parte da contrapartida nacional pois era uma obra candidata a fundos comunitários, mas não foi concluída. Agora, e com o compromisso da Directora Regional da Cultura do Norte, a Câmara vai elaborar um projecto da obra que falta para se fazer a musealização.

Sobre o caminho para minas de Beça, disse que a Câmara fez uma intervenção antes do inverno, mas aplicaram saibro argiloso e com as chuvas empapou. Vai-se fazer a manutenção do caminho, mas não se vai deitar alcatrão. A prioridade é manter a rede viária principal. Só depois vêm os caminhos secundários.

Sobre a Cooperativa, disse que respeita a opinião de todos, mas não podemos agir onde não nos compete. Foi celebrado protocolo com a Cooperativa, mas também foi celebrado outro idêntico e com os mesmos fins com outra associação local. Todos sabem o âmbito do protocolo e que está a ser cumprido. E esse protocolo é para ajudar os agricultores e não as associações ou os dirigentes.

Sobre a EDP, disse que mexer neste assunto em época de crise é complicado pois os Governos não estão receptivos. Mas a questão das novas barragens obrigou a ANMP a criar a Secção dos Municípios com Barragem. Há consciencialização dos autarcas e uma união cada vez maior dos municípios com barragem. Há até uma revolta pois recebe tanto o presidente da EDP como os 200 trabalhadores da Câmara Municipal de Montalegre. É uma realidade social vergonhosa.

Mas há outra situação grave, pois o Governo já recebeu mais de 300 milhões à cabeça pela concessão das barragens do Tâmega e os Municípios não vão ter contrapartidas nenhuma. Somos uns subsidiários de Lisboa e somos sugados pelo poder económico e pelos Governos. Montalegre tem participação no PIB da região norte acima dos 75% e está ao nível de municípios de Gondomar e Vila do Conde. Mas quando vamos ao poder de compra, Montalegre está abaixo dos 50%. Isto é, produzimos riqueza, mas não fica cá. Há que confrontar os Governos com esta realidade e perguntar-lhes se isto é justo. Disse que a Câmara já recebeu mais do triplo do dinheiro das eólicas do que recebeu das rendas das barragens.

Sobre os estágios profissionais, disse que foram estabelecidos protocolos com associações locais. Podem ser consultados por quem quiser. Estão a estagiar mais de 80 jovens, o que significa que mais de 800 mil euros entram no concelho. Não percebeu se essa questão foi levantada para louvar a Câmara por tão nobre

iniciativa, mas espera que tenha sido pois trata-se de uma obrigação moral de todos os autarcas. À Câmara também lhe custou dinheiro. Custou-lhe 40% do valor total.

Sobre a feira de Nanterre, disse que os que procuram o que a Câmara gasta em pneus também podem procurar o que se gasta na feira. A informação vai a reunião de Câmara e o dinheiro é muito bem gasto em nome de todos os barrosões. Admirase é que alguns tenham lá ido no ano passado e não tivessem tido coragem de lá ir este ano. É uma representação digna. O espaço que a Câmara aluga é de todos, mas apenas cabem três ou quatro representações. Se aparecerem dez ou mais, terão que se tomar outras providências.

Sobre os funcionários que vão para Nanterre, disse que são os indispensáveis recebem ajudas de custo pois estão efectivamente ao serviço do município. Há particulares na feira que vão à sua vida e por conta própria, o que quer dizer que a feira mobiliza e une os barrosões de lá e de cá!

Sobre o Conselho Estratégico do PNPG, disse, que é ele próprio o Presidente e o Conselho tem que ter limites. Limitar o número de freguesias é razoável pois levantou-se também a questão dos conselhos directivos. Mas se as Juntas de Freguesia acreditam firmemente naquilo que defendem, devem lutar até ao fim.

Sobre as piscinas, disse que estas sempre estiveram a funcionar, mas houve restrições por causa da Gripe A, por parte do Ministério da Educação, exigidos pelos serviços competentes

Sobre a Queima dos Judas e as propostas apresentadas pelo deputado Acácio Moura, disse que são de considerar, mas o contrato mais importante a fazer é com o S. Pedro para que o tempo melhore.

Disse que o seminário do Ambiente foi agendado pela UTAD, mas vai ser possível conciliar com a reunião do CLAS.

Sobre os projectos das casas de Paredes, disse que é urgente que se vejam os processos pois enquanto não houver plano de ordenamento nada pode ser feito. Mas alguém tem que ser responsabilizado se as candidaturas não se puderem meter. Não há datas previstas para a data de publicação do plano de ordenamento e alguém vai ter que responder por isso, caso não se consigam meter as candidaturas aos fundos comunitários. Isto traz implicações com muitos interesses justos e legítimos.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos, Luís Carril, Pedro Barroso e Paulo Barroso.

O deputado Domingos Vasconcelos falou sobre a Ponte da Misarela e disse que não quer dramatizar. Foi apenas um alerta que se deve ter em conta pois uma pedra já se soltou. O IGESPAR deve-se responsabilizar para que a Câmara fique ilibada. A Câmara poderia colocar sinais de proibição de passagem de veículos todo terreno pois estes fazem muita trepidação. Apelou à intervenção no caminho do campo pois está intransitável e uma pessoa do RSI bastava para que estes melhorassem.

O deputado Luís Carril ressaltou as palavras do senhor Presidente da Mesa, na última Assembleia, quando dizia que não há razões sociais, económicas e políticas para se verificarem estes aumentos nas taxas.

Perguntou ao Presidente da Câmara se ele como pessoa particular, colocasse uma pequena torre eólica para consumo próprio, deveria pagar tanto como uma torre

industrial. Se não, deveria constar no regulamento porque conforme está, cada uma delas paga igualmente 5 mil euros.

A mesma situação se passa com o estacionamento e deu o exemplo de alguém que queira reconstruir uma casa na zona velha de Salto, não pode pagar o mesmo dinheiro pelo lugar de estacionamento quando estas casas não têm espaço. Não é justo.

Perguntou como é que se vai medir o tempo que os funcionários afectam a cada processo. Sendo assim, os utentes também poderão escolher qual dos técnicos é que querem para lhes resolver o processo, pois há técnicos com mais conhecimentos e eficácia do que outros.

Eliminado: conhecimentos e efic

O deputado Pedro Barroso falou sobre os 300.000 euros destinados aos estágios profissionais e disse que ninguém questiona a sua política. Mas a sua aplicação prática não está a ser bem conseguida. Há associações que precisam apenas de um estagiário e metem 4 ou 5. As pessoas iludem-se durante 12 meses a não fazer nada e a ganhar 900 euros no fim do ano voltam ao desemprego e não saem mais capazes. A Câmara Municipal deve exigir serviços aos estagiários e abrir um gabinete de saídas profissionais.

Sobre a feira de Nanterre, disse que não põe em causa o sucesso que Montalegre lá fez. Só questionou porque vê tanta gente a lá ir que quis saber como se faz a selecção.

O deputado Paulo Barroso deixou claro que não é um representante por freguesia mas sim um representante por concelho. Aquilo por que lutam é por dar voz a pessoas que mesmo sem serem doutores ou engenheiros, sabem mais do território do que eles e que evitariam certas atrocidades como se têm visto.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre o regulamento das taxas disse que a maior injustiça que há é pôr a pagar as taxas quem não recorre aos serviços. Os municípios que não precisam de casa, de pareceres, de aprovações de projectos e de água estão a pagar o que os outros consomem. Isto é que é injustiça? O regulamento foi feito conforme a lei determina, para lhe dar transparência, espírito de justiça e para incentivar ou desincentivar o recurso a alguns serviços. Houve consciência social porque a maioria das taxas está abaixo do preço real. O preço real foi encontrado por uma empresa qualificada que fez este estudo em todas as câmaras do Alto Tâmega. Foi preciso dividir algumas taxas e teve-se o cuidado de achar um equilíbrio mais próximo do que já existia. Mas numa mudança tão profunda há sempre espaço para a demagogia, mas não era motivo para não darem um voto de confiança aos serviços, ao Presidente da Câmara e ao chefe de divisão administrativa. É um documento que nunca está completo pois haverá sempre a necessidade e a possibilidade de ser alterado, corrigido e aperfeiçoado.

Sobre os estágios, disse que o PSD era a favor dos subsídios e dos cheques, mas agora não querem uma aposta social. É um grande orgulho para os socialistas de Montalegre ter essa participação social no apoio às famílias e aos jovens.

Mesmo reconhecendo que num caso ou noutro haja os que se esforçam menos, é notória a transformação e o crescimento humano de todos os estagiários. Bastava só isso para se valorizar este projecto e o esforço da Câmara.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José Carvalho, Nuno Pereira e Joaquim Pires.

O deputado José Carvalho perguntou ao Presidente da Câmara qual foi o muro que executou em Paredes pois lá não há nenhum muro.

O deputado Nuno Pereira entregou o seguinte documento à Mesa: " Temos que ligar a tabela das taxas com a situação financeira da autarquia e perceber que não se pode desligar a realização das tarefas do Município com o pagamento dos serviços pelos utilizadores. A aplicação dos sistemas de saneamento com um tão baixo "regresso" financeiro poderá impor a todos os munícipes uma penalização injusta por força do desvio financeiro para o pagamento de um serviço por quem dele não usufrui.

Aproveitou para reforçar o apoio à Câmara no sentido de exigir à EDP que participe no desenvolvimento do Município na justa proporção dos rendimentos que retira das riquezas do concelho. Não devem, porém, recorrer a argumentos de circunstância e demagógicos.

Por fim, realçou o facto deste relatório espelhar por um lado o projecto da Câmara e a forma rigorosa como os dinheiros estão a ser aplicados. Assinado, o deputado Nuno Pereira."

O deputado Joaquim Pires alertou o Presidente da Câmara para que este programe a obra da estrada de Chaves/ Montalegre para a mesma altura do início das obras do lado de Montalegre, senão fica a estrada feita de um lado e do outro não.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre o muro que falou o deputado José Carvalho, disse que foi feito em Pereira e não em Paredes. Foi um lapso.

Mesmo em tempo de crise disse que as taxas e tarifas têm que ser repensadas pois não é justo que quem não tenha saneamento esteja a pagar para quem tem. Não podemos fazer a demagogia de que as pessoas não podem pagar. Porque quem, comprovadamente, não pode pagar, pode requerer as taxas sociais que constam nos regulamentos e podem atingir 25 e 50% de redução. Este relatório vem no sentido de gestão rigorosa que se quer dar à Câmara e do sentido de austeridade.

Sobre a estrada de Montalegre a Chaves, disse que há o compromisso de se encontrarem soluções no quadro comunitário dentro dos programas regionais. Há acordo tácito de se fazer a estrada e o Município de Chaves está receptivo. A equipa de projectistas é a mesma nos dois concelhos e daqui a dois meses estará aprovada na totalidade. Disse que já informou ao Presidente da Câmara de Chaves que a parte

de Montalegre irá ser feita com dinheiro ou sem dinheiro, nem que tenha que recorrer ao crédito e porque se trata de uma obra decisiva para o concelho.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2009 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira e Nuno Pereira.

O deputado António Cascais disse que se trata de um instrumento técnico e nada tem a dizer sobre ele. Disse que no ano 2009, a Câmara regeu-se sob uma filosofia devidamente autorizada aquando da votação do plano e orçamento e naturalmente tem que pagar pelo que faz. Este instrumento traduz esse pagamento traduzindo a boa prática de uma empresa séria.

Disse que a conta de gerência, tendencialmente se aproxima das regras do POCAL. Apresenta, à semelhança das empresas privadas, o balanço da própria Câmara e apresenta o activo e o passivo.

Disse que estranhou o facto de não existirem provisões para os riscos de crédito.

Relativamente à conta de gerência disse que esta vai reflectir o aumento das taxas pois estas globalmente aumentaram e vai exigir cuidados na sua gestão. Convém ter-se sempre em conta o envelhecimento da população e a não fixação dos jovens.

As despesas e receitas correntes geralmente aproximam-se da realidade e estranha que na Câmara Municipal isso não aconteça. Talvez por teimosia continua a colocar nas receitas 2.5 milhões vindos da EHATB mas na verdade não recebeu nada. E isto influencia a taxa de execução relativamente à realidade. Disse que a gestão orçamental de bolso dá jeito, principalmente em ano eleitoral.

Verifica também desvios positivos e realça a venda de bens e serviço, com uma percentagem de 133%, o que é significativo.

Disse que esta conta de gerência é das que mais se aproxima do seu grau de execução.

Disse que estranha que o saldo da gerência anterior apresente uma taxa de 102,5%.

As despesas com os pagamentos do pessoal são grandes e tem a ver com o acréscimo de pessoal das escolas, mas isso é resultado da aceitação voluntária da Câmara. Aqui é que se verifica o desequilíbrio pois a C.M.M gasta mais com as despesas correntes do que com as despesas de capital.

Falou do Clube Desportivo e Cultural de Montalegre e disse que a câmara lhe atribuiu uma verba de 48.000 euros. Como não vê grandes receitas por parte do clube é de louvar o esforço milagroso que a direcção faz.

Falou de uma verba que o assusta que é as despesas com os transportes escolares (900.000 euros) vindo apenas 80.000 por parte do governo. Disse que sempre pensou que haveria um maior equilíbrio, pensava que o estado financiava mais as despesas das crianças que estudam. Falou nas despesas correntes, como as despesas de representação, com 90.000 euros, combustíveis perto de 260.000 euros,

prémios e condecorações 50.000, para não falar nos pneus do BMW da presidência, que na globalidade tem a sua comparticipação pois percorre todo o concelho e tudo isto são "gorduras prejudiciais" à saúde da autarquia.

Disse que as verbas destinadas à promoção do concelho são bem gastas pois o executivo tem feito um trabalho meritório.

Falou sobre a água e sobre a tarifa de disponibilidade que as câmaras descobriram na ANMP. No concelho de Montalegre há muita gente com água e a receita da água é muito inferior. Ou andam ratos antes do contador ou cada vez mais se vêem mais casas fechadas.

Disse que por tudo o que referiu, a posição da bancada PSD é de abstenção.

O deputado António Ferreira disse que pelo discurso apresentado pelo deputado António Cascais mais parecia que a intenção de voto seria contra a conta de gerência. Mas não, ficou-se pela abstenção. Discurso esse que se aproxima muito do que a bancada socialista, habitualmente, dizia em relação a anteriores contas de gerência. Disse que o documento apresentado espelha bem a realidade do executivo. Espelha o que se recebeu e o que se pagou. Deu os parabéns aos técnicos que o elaboraram.

Disse ainda que partilha 80% do que foi dito pelo deputado António Cascais mas a Câmara é dos socialistas. Se fosse do PSD estaríamos perante outro relatório, outro plano de actividades e outra conta de gerência. Pela opinião generalizada, a bancada do PS vota favoravelmente.

O deputado Nuno Pereira entregou o seguinte documento à Mesa: " Não costumamos fazer uma análise técnica dada a confiança depositada nos serviços. De realçar a crescente qualidade dos documentos de prestação de contas que permitiu uma análise cada vez mais objectiva dos proveitos e das despesas, os quadros comparativos permitiram também uma perspectiva do percurso ou evolução dos diferentes itens das contas da receita e da despesa, permitindo uma análise e avaliação mais rigorosa e consistente. Assinado, o deputado Nuno Pereira."

O Senhor Presidente da Câmara disse que a intervenção do deputado António Cascais merece o seu registo e algumas explicações. Começou por dizer que tem cada vez mais cuidado em dar mais rigor às contas e não é uma questão de maior ou menor confiança mas se há sector onde tem grande confiança, é no sector da contabilidade. Mas mesmo assim, há um revisor oficial de contas a fiscalizar as contas da Câmara Municipal. Não é obrigatório, mas recorre-se a ele para que haja mais rigor e transparência nas contas.

Sobre os riscos dos créditos, disse que a Câmara tem a possibilidade de pôr em prática a execução fiscal.

Sobre o facto do montante das taxas subir, disse que se isso acontecer só significa que o regulamento fazia falta e que se fez um bom trabalho.

Disse que sabe melhor do que ninguém que o desenvolvimento do concelho é um grande problema pois as câmaras municipais são autênticos agentes de desenvolvimento, hoje mais do que nunca, mas as transformações não podem ser feitas e exigidas só pelo trabalho desempenhado pelos municípios. Há outras conjunturas em causa. Se há município que serve de exemplo no que diz respeito às actividades que promove, às iniciativas que realiza no apoio à agricultura, no apoio

aos produtos locais, na promoção do turismo e nas actividades culturais, esse município é o de Montalegre. Não é suficiente, mas a Câmara não tem uma varinha mágica para criar empregos.

Disse que os orçamentos dos municípios são cada vez mais rigorosos por imposição legal, mas um orçamento é um instrumento com flexibilidade. Não é um objecto sagrado. Pode ser alterado conforme as necessidades.

Sobre as receitas da EHATB, disse que todas as câmaras do Alto Tâmega apresentaram essa receita previsível, mas que não se veio a verificar por se ter apostado noutros investimentos por parte da empresa. Se a empresa não investisse teríamos mesmo esse dinheiro. A maior divergência verifica-se nas receitas de capital, entre as verbas previstas e as verbas realizadas, precisamente porque não houve realização do QREN.

Realçou que a Câmara de Montalegre é dos municípios do país que melhor rácio tem entre as receitas correntes e as despesas de pessoal. E também tem um excelente rácio entre as receitas correntes e as despesas correntes. Montalegre tem uma boa saúde financeira ao contrário de muitos outros municípios.

Sobre o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre, disse que tem o subsídio que está definido em função do número de equipas e do escalão de participação. Desde que está na 3ª divisão, recebe 8 mil euros em 10 meses e concorda que tem uma excelente gestão.

Sobre os transportes escolares, disse que a Câmara gasta mais dinheiro com eles, mas a isso ainda temos que acrescentar as despesas com pneus, combustíveis e o dinheiro dos três funcionários.

Sobre a água, disse que Montalegre é dos concelhos do Alto Tâmega, tirando Chaves, que tem mais consumidores. Tem 8 mil consumidores e a tarifa de disponibilidade existe porque aqueles que consomem apenas água no mês de Agosto não são os consumidores menores. Custa dinheiro, mas há a garantia que há água nas torneiras, não só no inverno, mas também no verão.

Disse ainda que durante o ano de 2009 fez aquilo que prometeu. Não houve uma única obra que o Presidente da Câmara tivesse prometido e que não tivesse feito. Podem acusá-lo de não ter esta ou outra realização financeira, mas a obra está feita e isso é que conta.

Disse que para gerir a Câmara tem que ser alguém com "barba rija" e que isto não é para aprendizes. É para gente que tenha experiência autárquica. Gerir 20 milhões de euros não é brincadeira. Exige muita responsabilidade, muito conhecimento e também experiência. O trabalho de gestão é muito exigente. E ainda mais porque requer carácter político.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que também há dinheiro mal gasto e ao dizer isto não levanta nenhuma blasfémia. Deu o exemplo de alguém que mora nos Casais da Veiga que estava a fazer um anexo junto de casa, devidamente licenciado. Como alguém do executivo não gostou do que viu, decidiu a demolição do mesmo e isso custou 15 mil euros à Câmara. Isto é um exemplo de má gestão e alguém tem que ser responsável por isso.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não tem problemas em admitir que, nas autarquias assim como em nossas casas, às vezes se gasta dinheiro que mais tarde nos arrependemos de o ter gasto. Reconheceu que a natureza é assim, mas não é por falta de rigor.

Sobre o exemplo que o deputado Cascais falou, disse que a Câmara aprovou uma indemnização de 15 mil euros para demolir uma construção autorizada, mas é preferível gastá-los do que ver o impacto visual que esta causava e abrir precedentes para os outros moradores. A urbanização iria ser desvirtuada. Não houve o cuidado devido de apreciação da localização do anexo, o qual não precisa de projecto, teoricamente as pessoas podem fazer um anexo de 40 metros onde quiserem. A Câmara foi confrontada com esta realidade mas o Presidente da Câmara preferiu chegar a acordo com o proprietário do que deixar construir aquilo. Foi um mal necessário.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou a seguinte declaração de voto à Mesa: "Reconheço que esta conta de gerência é no fundo um espelho do executivo que geriu mais um ano económico como foi o de 2009.

No entanto fica aqui um pequeno reparo que será o maior dos maiores num pequeno concelho populacional, envelhecido, endividado e com um dos maiores índices de pobreza de Portugal.

Esse reparo é socialmente uma falta, que é a maior que essa velhice sente, a criação de um cartão do idoso para descontos em medicamentos, transportes e benefícios em montes de áreas, como já foi criado em 2003 em Ribeira de Pena e que num estado social como o de Montalegre sempre pensei que fosse criado, assim como para a infância, já que para a juventude licenciada esta Câmara já despertou. O meu voto, só por isso, é de abstenção.

Do morto ou se diz mal ou se está calado e da Câmara, a oposição ou diz mal ou está calada. Assinado, o deputado Acácio Gonçalves."

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com dez abstenções.

4.3 – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório e Contas relativo ao ano económico de 2009.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmos. Senhores: Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Exma. Mesa, Meus senhores e Minhas Senhoras. Se numa empresa como as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro a avaliação da sua capacidade económica é feita através do seu capital social que é de 28.000.000,00€, um accionista vale tanto quantas mais acções deter nessa sociedade anónima. Sendo assim, o Município de Montalegre entre os 30 municípios da região de accionistas dispõe do penúltimo lugar com 0,26% do capital social, tendo em último lugar Ribeira de Pena com 0,04%, não sendo de estranhar esta insignificância uma vez que este concelho esta

renitente em aceitar entrar nesta sociedade, fazendo-o por um aspecto de solidariedade para com os outros municípios.

Todos nós conhecemos a história da ligação dessa empresa à Albufeira dos Pisões, onde tem as captações de água que depois de tratá-la a vende por toda esta região de Trás-os-Montes e Alto Douro ao preço de petróleo sem deixar contrapartidas aceitáveis desse negócio chorudo em que mais uma vez este concelho de Montalegre caiu no "conto do vigário".

Do contrato celebrado com essa empresa sabemos que construiu uma ETAR no rio Cávado em Montalegre e que prometeu construir algumas ETAR's nas aldeias envolventes da albufeira o que só virá a acontecer em Penedones por ser só esta aldeia que dispõe de saneamento.

Sr. Presidente da Câmara, como é possível que um negócio desta envergadura não traga contrapartidas para o Concelho de Montalegre e nos traga os dissabores que todos nós sentimos quando uma lei da água veio considerar albufeira do Alto Rabagão "protegida" devido ao aproveitamento público da captação de águas potáveis?

O Sr. Presidente que preside à comissão de reivindicações contra a EDP para que seja justa nas contrapartidas que terá de dar aos Conselhos da Região pela ocupação de solos nas construções de "Barragens" aconselhando-o a reivindicar aquilo que deixou escapar neste contrato já que a água é um bem precioso que se tornará escasso para os nossos filhos e netos nos próximos anos. Montalegre, 17 de Abril de 2010. Assinado, o deputado Acácio Gonçalves."

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 – ANMP / Intempéries da Madeira / Apoio ao Município do Funchal.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Ferreira.

O deputado António Ferreira disse que o pobre é sempre pobre e é pobre até a pedir. A tragédia da Madeira não foi só vivida no Funchal. Neste momento o concelho pior da Madeira é o concelho da Ribeira Brava. É na Serra de Água que há as maiores dificuldades. O Funchal já não parece o mesmo pois todas as verbas possíveis foram para lá canalizadas e dos outros ninguém se lembra. Sendo a maior calamidade na Ribeira Brava, devíamos ser mais solidários com quem mais precisa. Informou os serviços que oferece a senha de presença da reunião da Assembleia Municipal, para apoiar a Ribeira Brava.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a Acta lida em voz alta e aprovada em minuta, nos termos do nº 1 do artº92º do Decreto- Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº: 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Pires

O 1º Secretário

Manuel Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Vinhas